



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

ACORDO DE COOPERAÇÃO

Nº 10/2016

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
MEIO DA CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO E O ESTADO DO PARÁ, POR
MEIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.**

A **UNIÃO**, por intermédio da **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra nº 1, Bloco 'A', Edifício Darcy Ribeiro, em Brasília, DF, inscrita no CNPJ sob o nº 05.914.685/0001-03, doravante designada **CGU**, neste ato representada pela Chefe da Controladoria-Regional da União no Estado do Pará, **ANA LUIZA CAVERZAN GUIMARÃES DA CONCEIÇÃO** e o **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, órgão de direito público interno, com sede na Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, sito na Travessa Magno de Araújo, nº 474, bairro do Telégrafo sem Fio, inscrita no CNPJ sob o nº 04.789.665/0001-87, doravante denominado **TCM**, neste ato representado pelo seu Presidente, Conselheiro **SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES**, nos termos do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, atendendo às cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** o estabelecimento de mecanismos de cooperação para ampliar a articulação, a integração e o intercâmbio de dados e conhecimento entre os partícipes, visando a maior efetividade na proteção dos recursos públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação de que trata este **ACORDO DE COOPERAÇÃO** consistirá nas seguintes medidas, observadas as competências e atribuições próprias de cada parte:

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

I – atuar conjuntamente em ações de prevenção à corrupção e promoção da transparência e da ética pública, através da realização de eventos de sensibilização e de capacitação, objetivando maior participação da sociedade no controle dos gastos públicos;

II – disponibilizar vagas aos servidores do outro partícipe em ações de capacitação e de desenvolvimento profissional, tais como cursos de especialização, seminários, simpósios e outros eventos de mesma natureza, observados os critérios de seleção e a disponibilidade de vagas;

III – permitir o acesso recíproco a papéis de trabalho e documentos sob a guarda de cada um dos partícipes, desde que relacionados a recursos federais transferidos aos municípios;

IV – compartilhar bases de dados de sistemas pertencentes aos órgãos signatários, visando maximizar o aproveitamento das informações gerenciadas, em benefício da racionalização e do aprimoramento de técnicas e procedimentos implementados nas ações de controle;

V – conceder permissão de acesso ao Sistema E-Contas e Sistema de Informações de Processos – SIP, do TCM, do modo mais eficiente possível;

VI – convidar o partícipe, de forma recíproca para participar de inspeções e/ou auditorias e/ou fiscalizações e/ou análise de denúncias nos Municípios, compartilhando os relatórios, dados e resultados.

Subcláusula Primeira – as partes executarão as atividades decorrentes deste ACORDO DE COOPERAÇÃO de forma a ser definida, em cada caso, pelos titulares das unidades técnicas da CGU e do TCM responsáveis por sua implementação, mediante troca de correspondência oficial e deliberação entre os representantes dos órgãos envolvidos, observadas as competências atribuídas pela Constituição da República e pela Constituição do Estado do Pará.



Subcláusula segunda – a utilização dos sistemas informatizados da CGU e do TCM, e a permissão de acesso às informações por quaisquer meios, dar-se-ão sem ônus entre os partícipes, respeitadas as limitações orçamentárias de cada uma, e a efetiva necessidade, no caso de cópias reprográficas ou meios magnéticos de transporte ou transmissão de dados.

Subcláusula Terceira – a presente parceria não obriga ao intercâmbio de informações de caráter sigiloso, o qual somente se dará em situação justificável, obrigando o partícipe destinatário a manter sigilo das informações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes se comprometem, igualmente, a conjugar esforços para o desenvolvimento e a execução de ações concernentes ao objeto do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, nos termos seguintes:

I – planejar e executar ações integradas entre os partícipes, com vistas a estimular o controle social e fortalecer a gestão dos recursos públicos pelos municípios paraenses;

X 
2/4


II – observar o direito autoral envolvendo cursos, programas ou qualquer matéria de divulgação institucional utilizados nas ações previstas neste ACORDO DE COOPERAÇÃO, devendo ser informados o crédito da auditoria e o respectivo instrumento de cooperação que deu amparo à utilização do material pelo partícipe;

III – informar um ao outro sobre o número de vagas disponíveis para o co-partícipe nos eventos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

IV – responder pelo conteúdo técnico dos trabalhos executados por força do presente acordo e assumir total responsabilidade pela qualidade dos mesmos;

V – disponibilizar a base de dados de sistemas utilizados pelos órgãos signatários em frequência e formato especificados e acordados entre os representantes da área técnica de cada órgão.

Subcláusula única – para adotar as medidas necessárias para o cumprimento do disposto no presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, a CGU designa o (a) Chefe da Regional para acompanhar a execução dos termos aqui compromissados e, em contrapartida, o TCM designa a sra. **REJANE GOMES DOS SANTOS**, Analista de Controle Externo, para desempenhar igual papel.

CLÁUSULA QUARTA – DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA

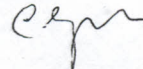
As atividades previstas neste ACORDO DE COOPERAÇÃO não acarretam ônus financeiro adicional aos partícipes, uma vez que já integram suas atribuições ordinárias, razão pela qual não se consigna dotação orçamentária específica.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente ACORDO DE COOPERAÇÃO não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com as instituições de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua celebração, podendo ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, por termo aditivo, a critério dos partícipes, e rescindido a qualquer tempo por mútuo consenso, pelo inadimplemento das obrigações assumidas pelos partícipes, ou pela iniciativa unilateral de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de



um ao outro, restando a cada qual somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente instrumento ou de seus aditamentos será providenciada pela **CGU**, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura e pelo **TCM**, no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

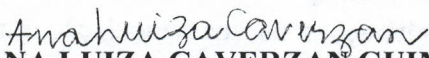
As questões decorrentes da execução deste ACORDO DE COOPERAÇÃO que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

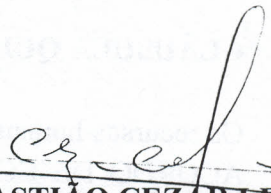
CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os detalhes operacionais necessários ao pleno cumprimento das obrigações ora assumidas serão estabelecidos de comum acordo pelos órgãos executores, por meio de deliberações registradas em expedientes internos ou em atas de reuniões compartilhadas, e as dúvidas e controvérsias decorrentes da execução deste ACORDO DE COOPERAÇÃO serão dirimidas, preferencialmente por mútuo entendimento entre os partícipes.


Assim ajustados, firmam as partes, por intermédio de seus representantes, o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas indicadas.

Belém, PA, 16 de março de 2016.

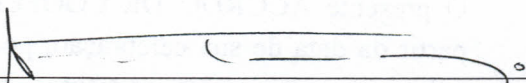

**ANA LUIZA CAVERZAN GUIMARÃES DA
CONCEIÇÃO**
Chefa da CGU-R/PA


**SEBASTIÃO CEZAR LEÃO
COLARES**
Presidente do TCM-PA

Testemunhas:



Nome: LOREN PINHO MORBACH PAREDES
CPF: 665.093.432-15



Nome: FRANCISCO B. M. MORBACH PAREDES
CPF: 655.917.202-34